



**TEMAS STF
DIREITO CIVIL**

TEMA	RECURSO PARADIGMA	DESCRIÇÃO	STATUS DO TEMA	TESE FIRMADA
9	RE-565138	Indenização por danos morais e materiais decorrentes de manipulação de resultados de partidas de futebol.	Sem repercussão geral	
13	RE-562276	Responsabilidade solidária dos sócios das empresas por quotas de responsabilidade limitada por dívidas junto à Seguridade Social.	Trânsito em julgado	É inconstitucional o art. 13 da Lei 8.620/1993, na parte em que estabelece que os sócios de empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, por débitos junto à Seguridade Social.



TEMA	RECURSO PARADIGMA	DESCRIÇÃO	STATUS DO TEMA	TESE FIRMADA
60	RE-466343	Possibilidade de prisão civil do depositário infiel no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro.	Trânsito em julgado	É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.
68	RE-573181	Validade de contrato de adesão, firmado entre distribuidora e revendedora de combustíveis, que confere exclusividade de fornecimento de produtos derivados de petróleo.	Sem repercussão geral	
98	RE-582650	Auto-aplicabilidade do art. 192, § 3º, da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional nº 40/2003.	Trânsito em julgado	A norma do § 3º do artigo 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar.
143	RE-584536	Cancelamento de descontos em folha de pagamento por posterior desinteresse do mutuário no seu prosseguimento.	Sem repercussão geral	



TEMA	RECURSO PARADIGMA	DESCRIÇÃO	STATUS DO TEMA	TESE FIRMADA
147	RE-591085	Incidência de juros de mora durante o prazo previsto na Constituição Federal para o pagamento de precatório.	Trânsito em julgado	Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 (redação original e redação da EC 30/2000) da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos.
174	RE-582504	Índice de correção monetária incidente sobre verba a ser restituída a associados que se desligam de plano de previdência privada.	Sem repercussão geral	
198	AI-758019	Prazo prescricional relativo às atualizações monetárias de contas fundiárias do PIS/PASEP.	Sem repercussão geral	
200	RE-579073	Critério de reajuste de saldo devedor de contrato de mútuo firmado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação para posterior amortização.	Sem repercussão geral	
249	RE-627106	Execução extrajudicial de dívidas hipotecárias contraídas no regime do Sistema Financeiro de Habitação.	Afetado	
255	RE-603448	Prazo prescricional para a execução contra o Estado de débitos oriundos da extinta Minascaixa.	Sem repercussão geral	



TEMA	RECURSO PARADIGMA	DESCRIÇÃO	STATUS DO TEMA	TESE FIRMADA
310	AI-804209	Alteração judicial, ao patamar de 12% ao ano, de juros contratados após a Emenda Constitucional nº 40/2003.	Sem repercussão geral	
349	RE-611639	Registro prévio do contrato de alienação fiduciária em garantia de veículo automotor perante o órgão competente para o licenciamento.	Trânsito em julgado	É constitucional o § 1º do artigo 1.361 do Código Civil no que revela a possibilidade de ter-se como constituída a propriedade fiduciária de veículos com o registro do contrato na repartição competente para o licenciamento do bem.
352	RE-632250	Aplicação de norma que dispõe sobre direitos antidumping relativamente a contrato de importação celebrado anteriormente à sua vigência.	Afetado	



TEMA	RECURSO PARADIGMA	DESCRIÇÃO	STATUS DO TEMA	TESE FIRMADA
392	RE-363889	Superação da coisa julgada para possibilitar nova ação de investigação de paternidade em face de viabilidade de realização de exame de DNA.	Trânsito em julgado	I - É possível a repositura de ação de investigação de paternidade, quando anterior demanda idêntica, entre as mesmas partes, foi julgada improcedente, por falta de provas, em razão da parte interessada não dispor de condições econômicas para realizar o exame de DNA e o Estado não ter custeado a produção dessa prova; II - Deve ser relativizada a coisa julgada estabelecida em ações de investigação de paternidade em que não foi possível determinar-se a efetiva existência de vínculo genético a unir as partes, em decorrência da não realização do exame de DNA, meio de prova que pode fornecer segurança quase absoluta quanto à existência de tal vínculo.
419	AI-844777	Dever de as concessionárias de serviços públicos cumprirem suas obrigações contratuais mesmo que em área de risco à integridade física de seus funcionários.	Sem repercussão geral	



TEMA	RECURSO PARADIGMA	DESCRIÇÃO	STATUS DO TEMA	TESE FIRMADA
436	AI-845109	Alteração de prazo prescricional por legislação infraconstitucional superveniente.	Sem repercussão geral	
452	RE-639138	Cláusula de plano de previdência complementar que estabelece valor inferior de complementação de benefício para mulheres em virtude de seu tempo de contribuição.	Afetado	
466	ARE-642137	Revisão de contrato celebrado com entidade fechada de previdência complementar.	Sem repercussão geral	
492	RE-695911	Cobrança, por parte de associação, de taxas de manutenção e conservação de loteamento imobiliário urbano de proprietário não-associado.	Afetado	



TEMA	RECURSO PARADIGMA	DESCRIÇÃO	STATUS DO TEMA	TESE FIRMADA
498	RE-646721	Alcance do direito sucessório em face de união estável homoafetiva.	Mérito julgado	É inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros prevista no art. 1.790 do CC/2002, devendo ser aplicado, tanto nas hipóteses de casamento quanto nas de união estável, o regime do art. 1.829 do CC/2002.
560	RE-633981	Ausência de coabitação dos cônjuges como prova da separação de fato.	Sem repercussão geral	
622	RE 898060	Prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica.	Mérito julgado	A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.
636	RE-727281	Conversão de direito de uso de linha telefônica, adquirido antes da privatização do Sistema Telebrás, em direito acionário da nova sociedade de economia mista criada pelo Município de Londrina.	Sem repercussão geral	
657	ARE-739382	Responsabilidade civil por danos morais em razão de ofensa à imagem.	Sem repercussão geral	
662	ARE-742083	Direito adquirido ao recebimento de complementação de aposentadoria calculada de acordo com as normas vigentes à época da adesão a contrato de plano de previdência privada.	Sem repercussão geral	



TEMA	RECURSO PARADIGMA	DESCRIÇÃO	STATUS DO TEMA	TESE FIRMADA
666	RE-669069	Imprescritibilidade das ações de ressarcimento por danos causados ao erário, ainda que o prejuízo não decorra de ato de improbidade administrativa.	Trânsito em julgado	É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.
673	ARE-750489	Prazo prescricional aplicável às execuções individuais de sentença prolatada em processo coletivo.	Sem repercussão geral	
681	RE-632084	Utilização do salário mínimo como indexador para fins de correção monetária no período anterior ao advento da Lei 4.357/1964.	Sem repercussão geral	
726	RE-675608	Montante da complementação de pensão devida aos pensionistas de ex-ferroviários da extinta Rede Ferroviária Federal – RFFSA.	Sem repercussão geral	
761	RE-670422	Possibilidade de alteração de gênero no assento de registro civil de transexual, mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.	Em julgamento	



TEMA	RECURSO PARADIGMA	DESCRIÇÃO	STATUS DO TEMA	TESE FIRMADA
769	RE-823319	Restituição de valores referentes à parcela denominada comissão de corretagem cobrada de consumidor que adquire imóvel diretamente de construtora ou de incorporadora.	Sem repercussão geral	
771	ARE-704520	Constitucionalidade da redução dos valores de indenização do Seguro DPVAT pela Medida Provisória 340/2006, convertida na Lei 11.482/2007.	Trânsito em julgado	São constitucionais as alterações procedidas pelo art. 8º da Lei 11.482/2007 no art. 3º da Lei 6.194/1974, que ensejaram a redução dos valores das indenizações pagas a título de seguro obrigatório por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT).
778	RE 845779	Possibilidade de uma pessoa, considerados os direitos da personalidade e a dignidade da pessoa humana, ser tratada socialmente como se pertencesse a sexo diverso do qual se identifica e se apresenta publicamente.	Afetado	
786	ARE 833248	Aplicabilidade do direito ao esquecimento na esfera civil quando for invocado pela própria vítima ou pelos seus familiares.	Afetado	



TEMA	RECURSO PARADIGMA	DESCRIÇÃO	STATUS DO TEMA	TESE FIRMADA
809	RE 878694	Validade de dispositivos do Código Civil que atribuem direitos sucessórios distintos ao cônjuge e ao companheiro.	Mérito julgado	É inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros prevista no art. 1.790 do CC/2002, devendo ser aplicado, tanto nas hipóteses de casamento quanto nas de união estável, o regime do art. 1.829 do CC/2002.
815	RE 422349	Possibilidade de legislação infraconstitucional obstar o reconhecimento do direito à usucapião especial urbana, previsto no art. 183 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de módulos urbanos na área em que situado o imóvel.	Trânsito em julgado	Preenchidos os requisitos do art. 183 da Constituição Federal, o reconhecimento do direito à usucapião especial urbana não pode ser obstado por legislação infraconstitucional que estabeleça módulos urbanos na respectiva área em que situado o imóvel (dimensão do lote).
821	ARE 842157	Possibilidade de fixação de pensão alimentícia com base no salário mínimo.	Trânsito em julgado	A utilização do salário mínimo como base de cálculo do valor de pensão alimentícia não viola a Constituição Federal.
837	RE 662055	Definição dos limites da liberdade de expressão em contraposição a outros direitos de igual hierarquia jurídica - como os da inviolabilidade da honra e da imagem - e estabelecimento de parâmetros para identificar hipóteses em que a publicação deve ser proibida e/ou o declarante condenado ao pagamento de danos morais, ou ainda a outras consequências jurídicas.	Afetado	



TEMA	RECURSO PARADIGMA	DESCRIÇÃO	STATUS DO TEMA	TESE FIRMADA
866	ARE 919285	Legitimidade da revisão de contrato já extinto.	Sem repercussão geral	
869	ARE 927467	Indenização por dano moral em virtude de inadimplemento de cláusula contratual.	Sem repercussão geral	
889	ARE 955564	Direito à correção monetária da indenização do Seguro DPVAT no período entre o advento da MP 340/2006 e a ocorrência do sinistro.	Sem repercussão geral	
890	ARE 950787	Ofensa aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da legalidade, da propriedade e sua função social, do devido processo legal e do acesso à Justiça em decorrência de rescisão contratual.	Sem repercussão geral	
899	RE 636886	Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.	Afetado	
922	RE 820823	Desligamento de associado condicionado à quitação de débitos e/ou multas.	Afetado	